



Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

PROCURADORIA LEGISLATIVA PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N° 198/2025

PROCESSO N° 18231/2025

Projeto de Lei de iniciativa do vereador CAIO FERRAZ, visando como determina sua Ementa: “ESTABELECE HIPÓTESE DE CASSAÇÃO DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO DE BARES E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES NO MUNICÍPIO DE LINHARES QUE COMERCIALIZAREM, DISTRIBUÍREM, TRANSPORTAREM, ESTOCAREM OU REVENDEREM BEBIDAS DE ORIGEM ILÍCITA”.

Preliminarmente deve ser considerado que o presente Projeto de Lei de iniciativa legislativa, tem respaldo nos termos dos artigos 8º, incisos I e II c/c 15 da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 8º Ao Município compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e estadual, no que couber”;

Art.15. Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito Municipal, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que refere ao seguinte:

Insta frisar que o artigo 15 da Lei Orgânica do município de Linhares não estabelece de forma explícita a competência para legislar sobre a hipótese de cassação do alvará de funcionamento de bares e estabelecimentos congêneres no município de Linhares que comercializarem, distribuírem, transportarem, estocarem ou revenderem bebidas de origem ilícita.





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Quanto a competência do Poder Legislativo em relação a essa matéria, a mesma tem status constitucional. Noutro giro, devemos nos valer da nossa carta magna, que assim dispõe no seu artigo 30, inciso I, *in verbis*:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (negritei e grifei)

Importante frisar que no exercício de sua autonomia o município pode legislar sobre a assuntos que diz respeito a sua realidade local, respeitando sempre a CRFB/88.

Vejamos as lições de Hely Lopes Meirelles sobre o tema em questão. (MEIRELLES Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 13^a ed. São Paulo: Malheiros, 2003, p.109).

[...] interesse local não é interesse exclusivo do Município, não é interesse privativo da localidade, não é interesse único dos municíipes [...]. Não há interesse municipal que não seja reflexamente da União e do Estado-Membro, como também não há interesse regional ou nacional que não ressoe nos municípios, como partes integrantes da federação brasileira. O que define e caracteriza interesse local, inscrito como dogma constitucional é a preponderância do interesse do Município sobre o do Estado ou da União.

Quanto a iniciativa de lei ora analisada, é de se consignar a sua viabilidade na medida em que a Câmara Municipal de Linhares, tão somente dispõe sobre assunto de interesse local, obrigando os estabelecimentos localizados no âmbito do município de Linhares/ES.

De mais a mais, a Lei Orgânica, preceitua no seu artigo 8º, incisos I e II, que compete privativamente ao Município legislar sobre assuntos de interesse local. Senão vejamos:

"Art. 8º Ao Município compete, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

- I – legislar sobre assuntos de interesse local;
- II – suplementar a legislação federal e estadual, no que couber";





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

Como essa matéria possui competência comum entre Estados, União, Distritos Federais e municípios, entendemos como possível a deflagração do processo legislativo pelo Poder Legislativo Municipal, através de vereador (legítimo representante do povo), cuja iniciativa é concorrente com o chefe do executivo.

Ressaltamos, ainda, conforme justificativa que o presente projeto de lei visa buscar proteger a saúde pública, a segurança do consumidor e combater práticas criminosas que utilizam o comércio de bebidas como meio de escoamento de produtos ilegais.

Devemos frisar que o presente projeto não cria despesas para o Poder Executivo, muito menos pretende invadir e/ou impor algum programa de governo, na organização, no planejamento de políticas públicas, na administração do Poder Executivo.

Frisa-se, que a Lei Complementar nº 2.613/06 - Código de Posturas do município de Linhares, prevê nos seus artigos 3º e 5º, V, as Notificações, Infrações e Penas as ações ou omissões à disposição deste Código ou de outras Leis, Decretos, Resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso do seu poder de polícia. Vejamos:

“Art. 3º Constitui infração todas as ações ou omissões à disposição deste Código ou de outras Leis, Decretos, Resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal, no uso do seu poder de polícia.

Art. 5º A pena além da obrigação de fazer ou desfazer, implicará nas seguintes medidas administrativas e penalidades:

(...)

V - cassação do documento de licenciamento”;

Com efeito, a Constituição Federal de 1988 não contém nenhuma disposição que impeça a Câmara de Vereadores de legislar sobre a matéria ora analisada no presente projeto, nem tal matéria foi reservada com exclusividade ao Executivo.

Portanto, no exercício de sua competência e autonomia política cabe ao Legislativo Municipal legislar sobre matérias de sua competência, bem como a atribuição típica e





Câmara Municipal de Linhares

Palácio Legislativo "Antenor Elias"

predominante da Câmara é a normativa, isto é, a de regular a administração do Município e a conduta dos municípios no que afeta aos interesses locais.

Essas são as considerações sobre os aspectos jurídicos/legais do projeto analisado.

No que tange a técnica legislativa e de redação quanto aos requisitos para elaboração das normas jurídicas: Integralidade; Irredutibilidade; Coerência; Correspondência e Realidade, verificamos que o projeto ora analisado apresenta os parâmetros exigidos pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.

Tendo em vista o que preconiza o parágrafo único do art. 69 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Linhares, o presente Projeto de Lei deverá tramitar preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, bem como ter seu mérito analisado pela Comissão de Educação, Cultura, Turismo, Esporte, Saúde, Assistência Social, Segurança, Obras e Meio Ambiente uma vez que a matéria do presente projeto encontra-se dentro de suas competências previstas regimentalmente.

Por fim, as deliberações do Plenário serão tomadas por MAIORIA SIMPLES, e o processo de votação será SIMBÓLICA, conforme estabelecem os artigos 136, § 1º, inciso I C/C o artigo 153, inciso I, todos do Regimento Interno da Câmara.

Assim, a **PROCURADORIA** da Câmara Municipal de Linhares/ES, após a análise e apreciação do Projeto em destaque, é de parecer favorável à sua aprovação, por ser **CONSTITUCIONAL**.

É o parecer, salvo melhor juízo de Vossas Excelências.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

JOÃO PAULO LECCO PESSOTTI

Procurador Jurídico



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310037003200310039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por JOAO PAULO LECCO PESSOTTI em 28/11/2025 12:17

Checksum: 59A597CA6306843C1CD33C92E467E2A7B661B9D3D2C38012A5C2B5F813630554



Autenticar documento em <https://linhares.nopapercloud.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100310037003200310039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.